

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.703 - GO (2019/0094650-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : DELCINO BARBOSA DOS SANTOS
RECORRENTE : DEOCIONE MARQUES SANTOS
ADVOGADO : KLAUSS CARDOSO SOUSA - GO039114
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DELCINO BARBOSA DOS SANTOS e DEOCIONE MARQUES SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, proferido no julgamento do HC n. 5046825.27.2019.8.09.0000, que ficou assim resumido (fl. 195):

EMENTA: HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE LATROCÍNIO. DISCUSSÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. O remédio de habeas corpus é ação mandamental de natureza constitucional que reclama prova pré-constituída. Não é permitida a análise de matérias que demandem dilação probatória.

2 - PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA.

ARTS. 312 E 313, I E III, DO CPP. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Mantém-se a prisão preventiva se fundamentada, de forma idônea, na necessidade de garantir a ordem pública, à luz do artigo 312 do CPP, dada a gravidade concreta da ação delitiva. Constrangimento ilegal não configurado.

3 - APLICAÇÃO DE REGIME MENOS GRAVOSO EM CASO DE EVENTUAL CONDENAÇÃO. IMPERTINÊNCIA. A alegação de que os pacientes fazem jus à liberdade, porque estariam sujeitos a regime menos gravoso em caso de eventual condenação, não comporta apreciação em habeas corpus, por tratar de questão afeta à prova, a ser apreciada na ação penal e na fase própria.

ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, DENEGADA.

No presente recurso, sustenta a defesa dos pacientes não estarem presentes os requisitos para imposição da custódia cautelar, destacando a desproporcionalidade da manutenção da medida extrema. Destaca, ainda, as condições pessoais favoráveis dos acusados.

Requer, em sede liminar e no mérito, o provimento do recurso para revogar a prisão preventiva e permitir que eles se respondam ao processo em liberdade.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator